



O trânsito de Vênus: a ciência entre a política e a vocação

The transit of Venus:
the science between politics and vocation

Alexandra do Nascimento Aguiar

Doutora em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

alexaaguiar13@gmail.com

Recebido em: 11/04/2017

Aprovado em: 12/08/2017

RESUMO: Em 1882, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro tomou parte da mobilização internacional para estudar o trânsito de Vênus, como é definido pelos astrônomos. O fenômeno foi considerado oportunidade singular para a Astronomia, pois, de acordo com os cálculos, só ocorreria novamente no século XXI. No entanto, a participação do país no evento científico foi transformada em objeto de embate político entre os partidos e entre as esferas do Executivo e do Legislativo. O presente artigo tem como proposta refletir sobre a pesquisa científica dentro do debate político parlamentar e a percepção sobre o lugar do Brasil na comunidade científica internacional do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Transito de Vênus, Câmara dos Deputados, Partido Conservador.

ABSTRACT: In 1882, the Imperial Observatory of Rio de Janeiro had a participation in an international scientific mobilization to study the transit of Venus, as defined by astronomers. The phenomenon was considered a unique opportunity for astronomy in this period, because, according to the calculations, it would only happen again in the 21st century. However, the brazilian participation in the scientific initiative was transformed in an object of political conflict between the political parties and between the spheres of the Executive and the Legislative, too. This article aims to describe and analyze the parliamentary political debate about scientific research as well as the perceptions about the possibilities of Brazil in the international scientific community of the nineteenth century.

KEY-WORDS: Transit of Venus, Chamber of Deputies, Conservative Party.



Cenário político de 1882

Dois discursos por Max Weber inspiraram o título, *A Política como vocação* e *A ciência como vocação*¹, nos quais o sociólogo analisou as possibilidades de construção de trajetórias e seus sentidos revelados ou subentendidos nos referidos campos. Na concepção de Weber, dedicar-se à ciência significava que a importância dos resultados de pesquisa não tinha, necessariamente, finalidade utilitária. Faz-se ciência pelo conhecimento como o valor em si, ainda que a produção científica nem sempre seja percebida no cotidiano a curto prazo².

A maioria dos debates científicos, nos oitocentos, ficava restrita entre pares, parte desses cientistas formada no exterior. Havia publicações como a *Revista Brasileira – Jornal de Ciências, letras e artes* (1857), *Sciencia para o Povo* (1881) e *Revista do Observatório* (1886), com artigos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, pouco compreendidos pelos leigos nessas áreas e que não atingiam o grande público. A última publicação era mensal e destinada a divulgar as pesquisas em astronomia do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, contava com Luís Ferdinand Cruls, diretor da instituição, como um dos redatores³.

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro foi criado no Primeiro Reinado, em 1827, quando o Brasil necessitava de instituições próprias que lhe conferissem a feição de Estado moderno. Domingues acrescenta que, no Segundo Reinado, os estudos sobre as ciências naturais receberam atenção política como instrumento de identificação e controle de riquezas naturais, integrando regiões do país pouco exploradas e tendo em vista seu aproveitamento para expandir a agricultura⁴. Da mesma forma, a Astronomia deveria prestar serviços de utilidade tais como determinação de meteorologia, hora certa e regulação dos cronômetros, atividades secundárias, segundo Videira⁵, contudo também imprescindíveis para a observação dos astros.

Uma parcela da classe política brasileira compreendia os estudos na área das ciências naturais e a Astronomia como hobby exótico e dispendioso quando a atividade de pesquisa não estava voltada para o incremento da produção agrícola e a industrial. Essa percepção foi evidenciada no embate entre os poderes Legislativo e Executivo, ocorrido em 1882, cujo tema central foi o Imperial Observatório do Rio de Janeiro e a representação da Astronomia brasileira na comunidade científica internacional. Para essa análise, cujo enfoque é a visão política

¹ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

² _____. **Ensaio de Sociologia**, p. 170.

³ HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro, Mauad; Faperj, 2010.

⁴ DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. In: **Revista de História da USP**. Revista de História 135 (1996). 41-60.

⁵ VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Luís Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. In: **Cronos** (Natal), Valencia, v. 7, n. q, p. 85-104, 2004.



conservadora sobre a pesquisa científica, optei como recorte pelos discursos dos deputados Antônio Ferreira Viana e Domingos de Andrade Figueira, ambos do Partido Conservador fluminense, em resposta ao pedido de crédito para a observação da passagem de Vênus, feito pelo Ministro do Império, Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, Partido Liberal. A verba seria destinada ao Imperial Observatório, instituição subordinada ao Ministério do Império.

Cabe mencionar que o Ministro da Marinha, Bento Francisco de Paula Souza, apresentaria outra solicitação de crédito para a mesma finalidade, direcionado à comissão chefiada por Antônio Luís von Hoonholtz (Barão de Teffé), diretor da Repartição Hidrográfica, departamento subordinado a este ministério, e que seguiria para o posto de observação nas Antilhas. A solicitação de verba extra pelos dois ministérios estava relacionada à participação do Brasil no Congresso da Comissão Internacional da Passagem de Vênus, integrado por 14 países e ocorrido em Paris, em outubro de 1881. O país foi representado por Emmanuel Liais, diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na época⁶.

Abro parênteses para apresentar o contexto político em que ocorreu o pedido de verba para a observação do trânsito de Vênus. Era o cenário da primeira legislatura por eleição direta no Brasil (1881-1884), quadro político criado pela reforma eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que introduziu o voto direto no país. A reforma era parte do programa do Partido Liberal de 1869, em defesa da moralização da representação política. Pretendeu-se, pela exclusão dos votantes, eliminar as fraudes e a violência nas eleições e, principalmente, trazer a oposição partidária para o Parlamento *pari passu* ao partido da situação, impedindo a formação de Câmaras com predomínio quase total de um único partido. O Partido Liberal foi vitorioso nas urnas, porém governou sob a pressão da oposição conservadora, que buscou obstaculizar a governabilidade dos liberais através de coalizões com deputados governistas descontentes e de obstruções de votação de projetos e de pedidos de recursos encaminhados pelos ministérios⁷.

O governo Liberal já se mostrava desconfortável porque a euforia pela reforma da eleição direta se esgotara e os deputados governistas se mostravam impacientes devido à ausência das

⁶ Nesse Congresso foram apresentadas as instruções para a observação do trânsito de Vênus e Emmanuel Liais determinou a localização dos postos de observação do Brasil, dois no próprio país, no Imperial Observatório do Rio de Janeiro e em Olinda, e no exterior, São Tomás (Antilhas) e Punta Arenas (Chile). Ver MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **“Nos braços de Vênus às poltronas da Academia”**. Artigos Navegador, no. 1/2005. http://revistanavegador.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf Acesso em 24/03/2017.

⁷ O Partido Liberal foi maioria com 75 deputados contra 47 representantes do Partido Conservador. Entretanto, a divisão interna dos liberais e a expressiva oposição conservadora resultaram na queda de quatro Gabinetes e, por fim, na dissolução desta legislatura, antecipando as eleições seguintes.



reformas do programa de 1869 nos projetos parlamentares⁸. A insatisfação dos correligionários chegou ao ápice com o pedido de demissão por Martim Francisco (PL-SP)⁹ da presidência da Câmara por discordar da orientação antirreformista do Gabinete presidido por Martinho Campos (PL-MG). Ao mesmo tempo, Martinho Campos recebia o apoio da oposição conservadora por relegar o programa de seu próprio partido.

O discurso de Martinho Campos se adequava à percepção do Partido Conservador sobre o papel do governo. Ambos sustentavam solucionar a crise econômica do país como prioridade e, como política de Estado, administrar os recursos materiais e atender às demandas de infraestrutura que privilegiasse a agricultura, ou beneficiasse à economia de modo geral. Menciono alguns aspectos da economia do período, pois o déficit financeiro seria o principal argumento do Partido Conservador para obstar projetos do governo Liberal e, em especial, sobre o Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

A economia brasileira nos anos 1880 se sustentava sobre os impostos arrecadados com importação e exportação, que representavam 70% do total da receita. O café contribuía com mais de 60% das exportações, com predomínio da Província do Rio de Janeiro que, ainda, se destacava enviando 41% para o mercado externo, seguida por São Paulo (35%) e por Minas Gerais (21%). O açúcar ocupava apenas 10% da fatia de exportação, porém era significativo na receita das províncias de Pernambuco e Alagoas. O algodão esteve entre os principais produtos brasileiros nas décadas de 1850 e 1860 e após a seca de 1877-79 foi reduzido a 4%, sustentando-se com o mercado interno. A participação do fumo nas exportações registrou queda no decênio de 1880, e prejuízo para a Província do Rio Grande do Sul, a principal produtora. Diante do espaço da agroexportação na economia, a industrialização não se mostrava atraente no Império, contribuindo apenas com 10% no Produto Interno Bruto, concentrado em alimentos e bebidas, têxtil e vestuário. Os gastos militares deixaram de ser o maior montante nas despesas do Estado após a década 1870, reduzidos a 20%, possivelmente devido ao fim das revoltas internas e da guerra do Paraguai. A dívida pública externa e interna seguiu crescendo na década de 1880, alcançado mais de 30% da despesa total, paralela à inflação e registrando cerca de 1,2% ao ano até o final da monarquia¹⁰.

⁸ Em linhas gerais, o programa do Partido Liberal de 1869 propunha como prioridades a reforma eleitoral com eleição direta, a reforma do judiciário visando autonomia da esfera e a extinção gradual da escravidão.

⁹ Ao longo do artigo a filiação partidária dos deputados será indicada como PC para Partido Conservador e PL para Partido Liberal, seguida da sigla da província que o elegeu.

¹⁰ ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889. In: **Departamento de Economia**. PUC-Rio, 2010.



Eram recorrentes as reclamações dos dois partidos sobre os gastos dos governos adversários serem excessivos, e atribuíam um ao outro a responsabilidade sobre o saldo negativo. Conservadores e liberais acusavam-se mutuamente, ora sobre o desperdício do dinheiro público em obras mal feitas ou desnecessárias, ora de negócios desvantajosos para o país. A seca de 1877-79 era lembrada como agravante da situação financeira e, como ocorreu na transição do governo Conservador para o Liberal, os partidos imputavam um ao outro a incompetência administrativa diante do desastre natural. Deputados da oposição e da situação contrários às investidas para acabar com a escravidão no país alardeavam que medidas nesse sentido significavam derrocada da economia e instabilidade social.

A passagem de Vênus pela Câmara dos Deputados

É nesse cenário que se insere o pedido de crédito para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro, apresentado pelo ministro do Império, Rodolfo Dantas (PL- BA). O valor de 30.000\$000 seria destinado ao financiamento da comissão para a observação da passagem do planeta Vênus pelo disco solar. O ministro ressaltava a participação do Brasil no evento como “da maior conveniência” por ser um convite do governo da França e porque colocaria o país ao lado das “nações cultas”, concluindo que a solicitação era “indeclinável necessidade” e partia do próprio Imperador¹¹.

A historiografia já abordou o interesse de Pedro II pelas ciências e pela tecnologia e seu envolvimento nas instituições de conhecimento, desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passando pelo Colégio Pedro II, e suas viagens ao exterior e participações em eventos científicos. O Imperador financiou intelectuais, artistas, profissionais e cientistas, cujas produções contribuíam para a construção de uma imagem de nacionalidade em que se misturavam paisagem e indígenas próprios do país às representações de civilização e progresso que aproximassem o Brasil do modelo europeu¹².

O pedido de crédito para a pesquisa foi submetido à Câmara dos Deputados no momento em que o Imperial Observatório passava por troca de direção devido a um conflito pessoal entre cientistas da instituição¹³. Refiro-me a tal episódio apenas para contextualizar a nomeação de Luís Ferdinand Cruls como diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Em 1878, Emmanuel

¹¹ **Anais da Câmara dos Deputados**, 07 de março de 1882, p. 173.

¹²Ver o capítulo Formando uma cultura local: “a ciência sou eu”. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o imperador e sua confraria. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001, p. 9. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/757>.

¹³ Ver OLIVEIRA, Januária Teive de; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. As polêmicas entre Manoel Pereira Reis, Emmanuel Filiais e Luiz Cruls, na passagem do Século XIX para o Século XX. **Revista da SBHC**, v. 1, p. 42-52, 2003.



Liais, diretor do observatório, havia demitido Manuel Pereira Reis, o primeiro astrônomo, e seus assistentes por divergências. Em resposta, Pereira Reis começou a desqualificar o trabalho científico do Imperial Observatório através dos jornais, além de ficar à frente de um projeto concorrente, fundando em 1881 o Observatório da Escola Politécnica, instituição na qual ele era professor. Nesse mesmo ano, Liais seguiria para a França, onde representou o Brasil no Congresso Internacional da Passagem de Vênus, e Luís Cruls o substituiria como diretor interino, considerando que ocupava o cargo de primeiro astrônomo que pertencera à Pereira Reis. Ainda sob a sombra da desavença com Pereira Reis, Liais alegou doença e, licenciado, não retornou ao cargo no Imperial Observatório, quando Cruls assumiria a direção da instituição em caráter definitivo¹⁴.

O empenho de Pedro II sobre a participação brasileira na observação internacional da passagem de Vênus não se limitava a sua curiosidade pessoal pelas ciências, pois envolvia prestígio científico para o Brasil e a reconquista de respeito para a instituição, abalado junto à opinião pública devido às críticas do ex-funcionário Pereira Reis.

O pedido de crédito extraordinário para a comissão de observação da passagem de Vênus entrou em discussão na Câmara e o primeiro deputado a se pronunciar foi Martim Francisco Filho (PL-SP). Este afirmou não se opor ao crédito, porém, pediu para incluir uma emenda na proposta do governo, prevendo 60.000\$000 destinados ao financiamento das experiências com balão realizadas por Júlio César Ribeiro de Souza. O inventor havia aprimorado o voo dos balões contra o vento e seu trabalho foi reconhecido pela Sociedade dos Aeronautas da França, valendo-lhe também o convite pelo adido militar da Rússia para demonstrações no país¹⁵.

A emenda de Martim Francisco Filho (PL-SP) tinha como signatários seu pai, também Martim Francisco (PL-SP), e quatro deputados conservadores, Antônio dos Passos Miranda (PC-AM), José Ferreira Cantão (PC-PA), Guilherme Francisco Cruz (PC-PA), Samuel Wallace MacDowell (PC-PA)¹⁶, os três últimos representavam a província natal e de trajetória do inventor Júlio César Ribeiro de Souza. Contudo, a proposta foi rejeitada pelo presidente da Câmara, João Ferreira de Moura (PL-BA), argumentando que o Regimento não acolhia tal justificativa. Martim Francisco Filho rebateu que o pedido de crédito do governo apenas significaria aumento de verba, e que a negativa do presidente prejudicaria o desenvolvimento de outros projetos semelhantes. Os argumentos do deputado não demoveram Ferreira de Moura, que encerrou de

¹⁴ HENRIQUES, Vania Patalano. **O gosto do estudo e da observação**: a Revista do Observatório e a astronomia brasileira no final do século XIX. Tese de doutorado. UFF, 2010, p. 62.

¹⁵ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 116-117.

¹⁶ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 116-117.



maneira irredutível, “por essa elasticidade tudo teria relação”¹⁷. Martim Francisco Filho reagiu à recusa do presidente da Câmara retirando o apoio ao governo, “entende que se S. Ex. sustenta a sua opinião, coage os que assinaram a emenda a votar contra o crédito que entra em discussão”¹⁸. O diálogo demonstra a dinâmica de negociações no Parlamento, em que as questões de Estado eram apreciadas como troca de favores e apoio políticos ou queda de braço entre os partidos, em detrimento de projetos relevantes para o país.

Este foi apenas o início das discussões sobre o crédito para financiar a comissão para observação do trânsito de Vênus, que passou a ser tema de embate entre o governo e a Câmara. As críticas à concessão de verba para a pesquisa do Imperial Observatório adquiriram contorno partidário e ideológico¹⁹ na fala do deputado Ferreira Viana (PC-RJ). O deputado discursou enfatizando aspectos do projeto que ele via como inadequados ao momento financeiro e diante de outras demandas do país:

[...] em nome de S. Majestade, o nobre ministro [Rodolfo Dantas] declarou que era de indeclinável necessidade que se votasse esse crédito. Ora, Sr. Presidente, uma necessidade indeclinável é uma necessidade irresistível, e contra o irresistível só se opõe o insensato. [...] O Poder Executivo não veio fazer uma imposição à Câmara, nem encarecer por este modo as vantagens do crédito; porque, se para ver passar Vênus pelo disco solar é de indeclinável necessidade dar dinheiro, imagine V. Ex. de que expressões usaria o governo se tivesse de pedir dinheiro para outras necessidades palpitantes e vivas do Império? (Muito bem)²⁰

O deputado associava a expressão “indeclinável” às despesas que o governo havia assumido com a compra de instrumentos para a observação do fenômeno e que, portanto, significava que o Estado selara compromisso antes de consultar a Câmara. Ferreira Vianna considerava desnecessários os gastos feitos pelos departamentos estatais e como um dos problemas da administração pública, que ele exemplificou pela documentação em português e em francês distribuída pela repartição hidrográfica. Por se tratar de uma repartição nacional, segundo ele, não havia razão para dobrar o custo com publicações em outro idioma que não a língua portuguesa. Ele criticava a supervalorização de profissionais estrangeiros nas instituições brasileiras e a erudição compreensível apenas entre pares:

¹⁷ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 116-117.

¹⁸ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 116-117.

¹⁹ Utilizo o conceito de ideologia de acordo com Nisbet, “ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do conjunto de ideias.” NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 9.

²⁰ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 117.



Não devo crer que sejamos tão estranhos à astronomia que só possam interessar aos estrangeiros as observações astronômicas de um estabelecimento criado por nós e mantido a nossa custa.

E tanto mais o digo quanto é certo que abalizados astrônomos do nosso século não se desdenharam de escrever obras de astronomia popular para vulgarizar os conhecimentos desta ciência; e se essas observações, como diz o nobre deputado, só podem interessar aos estrangeiros, desde já me enfileiro com aqueles que tiveram a intenção de acabar com esse estabelecimento²¹.

O parlamentar atribuía ao diretor-chefe do Imperial Observatório, o belga Luís Ferdinand Cruls, ares de superioridade em relação ao Brasil por preferir publicar a produção científica da instituição em francês, “é para que não tenha ele o incômodo, sendo por nós pago o honrado, de aprender a língua do país em que vive”. Ele questionava também a ausência de aplicação da astronomia na vida prática, sendo, por isso, uma ciência distante da sociedade, especialmente para a maioria que não dominava a língua francesa²².

O próprio Ferreira Vianna admitia desconhecer o assunto – “sou inteiramente hóspede da ciência dos astros” – para julgar as demandas da comissão científica do observatório e se era cabível o projeto oferecido pelo governo. Sendo assim, ele ressaltou que analisaria o pedido de crédito pelo aspecto financeiro, se este era justificável como despesa para o país. O deputado fundamentou o parecer expondo à Câmara um breve histórico da astronomia: as origens da ciência na antiguidade e na astrologia; a relação com a religião e com a política; o interesse de Cícero e Juliano na Roma antiga. Até chegar à astronomia como ciência em sua época, que ele identificava como a ciência do homem que não se contentava com a superfície da terra, “e temos outro resultado desta ciência que é inevitável, anda sempre em conjunto com quase todas as ciências, mas principalmente com esta, a *astromania* (hilaridade)”²³. Os taquígrafos registraram risos por diversas vezes em seu discurso, que tratava o tema com ironia.

Para ele, tal pedido de crédito pelo Ministro do Império era desperdício de dinheiro, embaraço administrativo e excentricidade do Imperador. Além de demonstrar a falta de unidade daquele governo, pois contrariava a fala do presidente do Conselho, Martinho Campos, que priorizaria a recuperação financeira como programa.

Como despesa, o deputado não via como enquadrar o crédito dentro das classificações para concessão de recurso financeiro. Este não poderia ser definido como verba para manutenção do observatório, tampouco crédito extraordinário porque, segundo ele, “as tábuas da

²¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 118.

²² *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 4.

²³ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 5.



passagem de Vênus pelo disco solar estão assentadas por matemáticos astrônomos, mesmo em português, até o ano 3000”²⁴, portanto, se estava previsto não era extraordinário. Também não poderia ser crédito especial, cuja finalidade era exclusiva para a produção. Logo, ele não podia concordar que a Câmara autorizasse o crédito:

Como justificar esta despesa e este empréstimo diante do mundo e, principalmente, diante do nosso pobre contribuinte?!

Desejava ver e ouvir o mais qualificado de todos os cidadãos brasileiros pelo seu prestígio, pela sua eloquência e pelas suas virtudes demonstrar ao nosso contribuinte a necessidade de calcular a paralaxe do sol à custa de sua algibeira! (Riso) Quem ganha o dinheiro com o seu suor, tem direito de o gastar em benefício seu.

Nós não podemos dispor, como sábios astrônomos ou como sábios admiradores de qualquer fonte de ciência, do dinheiro dos nossos constituintes sem que lhes demonstremos que dessa despesa vem uma utilidade certa para o país²⁵.

A visão sobre as ciências como entretenimento por seu caráter não imediatista e não obrigatoriamente pragmático é evidenciada no discurso de Ferreira Vianna. O deputado afirmou ignorar a existência do observatório astronômico brasileiro até então, e considerava suas pesquisas como “efemérides” e seus resultados como “ruídos”²⁶. Segundo suas constatações, o observatório recebia pequeno subsídio no período de sua fundação, e suficiente a ponto de transferir verba, e essa boa administração resultava da direção composta por oficiais de engenharia e matemáticos, especialistas na astronomia. As direções seguintes só fizeram extrapolar as despesas da instituição, pois a orientação que predominava no Estado era a utilização de verbas além do necessário para o funcionamento e para a manutenção de seus departamentos:

Olha-se com escândalo para as sobras e logo, a repartição a qual pertence a verba começa a inventar reformas, a imaginar melhoramentos, progressos e a dizer ao ministro: a nação brasileira é uma nação atrasada, não toma parte em congressos, não figura nas grandes representações das ciências, não está enfim de binóculo em punho a ver os astros. (Hilaridade)²⁷

Na sua análise, o Imperial Observatório começou a receber maior atenção após a primeira viagem de D. Pedro II ao exterior, em 1871, surgindo, assim, demandas por instrumentos mais modernos e pelo aprimoramento do espaço físico da instituição. Ferreira Vianna destacou as

²⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.

²⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.

²⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.

²⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.



novas aquisições de instrumentos que sequer haviam sido montados, como a luneta Equatorial, e o observatório já intencionava comprar outros, “quase tive uma síncope quando soube que há ali um vidro que chamam ‘objetiva’ e que custou 20.000\$000 contos de réis! (Risos)”²⁸. Suas censuras se voltaram contra o mau uso dos instrumentos, que não pôde ser evitado nem com a chegada de profissionais e cientistas, pois se eram especialistas, “pessoas de muita lição neste assunto”, não havia justificativa para o desperdício de dinheiro.

O deputado censurou o peso financeiro que tais instituições traziam para o Estado, recorrendo à imagem do mecenato no Renascimento. O desconhecimento e o deslumbramento dos patrocinadores das artes e das ciências alimentavam o excesso de liberdade na produção e os investimentos sem retorno ou abaixo das expectativas:

Como aconteceu à Lourenço de Médici, denominado o Magnífico; magnífico porque com luxo perdeu o seu país. Este Lourenço empenhou-se em proteger as artes e a sua proteção acendeu o furor pela arte ainda nas almas sem o raio do gênio. [...] Dá o conceito que li em uma obra artística, a História das Artes na Itália, escrita por um homem de espírito liberal que assevera as artes liberais: a astronomia, a astrologia não podem crescer e prosperar se não nos governos absolutos²⁹.

As instituições representativas dos governos liberais exerciam o papel de controlar o financiamento de tais obras pelo Estado. Controle que, segundo ele, não fizeram em relação ao Imperial Observatório, e cujas despesas haviam dobrado desde 1875 até chegar ao pedido de crédito injustificável de 1882. Enquanto no Observatório de Paris, referência internacional, a maior parte da verba se destinava aos instrumentos e materiais, no observatório brasileiro era direcionado ao pagamento de pessoal³⁰.

Após as críticas ao projeto, Ferreira Vianna assentiu em conceder o crédito estritamente para honrar o compromisso feito pelo governo, contudo, ressaltou que este se tratava de responsabilidade pessoal do ministro. Na visão do parlamentar, o estudo sobre os astros era exotismo praticado pelos *lords* ingleses, porém estes o faziam sem recorrer aos cofres públicos. Segundo ele, no Brasil não havia amantes da astronomia, por isso a instituição convidava nomes estrangeiros para compor seu quadro, e ainda assim o Observatório não havia apresentado resultados à altura das instituições europeias do gênero. Por isso, o país se subordinava aos países referenciados em ciências no século XIX:

²⁸ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 9.

²⁹ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 9.

³⁰ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 9.



Fique, pois, o Sr. Ministro do Império certo de que os nossos missionários astronômicos vão desempenhar o papel dos condutores de instrumentos para os sábios de França (riso); por outra (o parlamento admita a frase familiar) vão fazer um grande pick-nick, (riso) em que entramos com a parte material e os franceses com a espiritual, com o talento astronômico, com a ciência, com os conhecimentos práticos que adquiriram com observações semelhantes e no estudo contínuo da matéria. [...]

Somos acompanhadores, simples sequazes, testemunhas, como é uma tocha diante de um defunto (riso). Nós nada exprimimos, absolutamente nada, astronomicamente falando, somos quantidades nulas na ciência astronômica. Não é nessas observações que se aprende, é nas dos próprios observatórios³¹.

Ele julgava o projeto insustentável pelo aspecto financeiro e por não ser proveniente da sociedade, da Assembleia ou do Gabinete, porém, do capricho do Imperador. No entanto, o deputado concluiu que o crédito seria concedido, mesmo contra sua vontade, para uma missão que não contribuiria em nada ou seria inútil para o país. A frase de encerramento de seu discurso resumia as ideias do Partido Conservador, referindo-se aos pesquisadores do Observatório: “que tragam de lá, dessas alturas em que se acha o indefinido [...] a lei da constância, a lei da harmonia, a lei da conservação”³².

Apenas dois dias depois, Rodolfo Dantas discursou na Câmara tentando reverter o impacto da fala de Ferreira de Vianna, cujos argumentos, segundo ele, haviam convencido até mesmo os parlamentares favoráveis e que agora votavam contra o pedido de crédito. Dantas ressaltou que a presença do Brasil no evento era de muita importância para o desenvolvimento da ciência e que esta encontrou apenas um inimigo na História... a “Inquisição”, esta última palavra foi dita pelo deputado Afonso Celso Jr (PL-MG) em complemento à fala do ministro³³.

Para refutar as acusações de Ferreira Vianna contra o excesso de gastos com a equipe do Observatório, o ministro apresentou o balanço de despesas com o pessoal da instituição, comparando-o a de Paris. Também rebateu o deputado sobre as publicações do Observatório em outros idiomas e não o português, justificando que as demais instituições no mundo também o faziam em francês, alemão e inglês visando comparar resultados científicos a serem divulgados em livros e revistas especializados. Dantas ressaltou que outros países se preparavam para tomar parte da comissão mesmo em situação de instabilidade econômica. E esse não era o caso do Brasil, que, além disso, fora convidado oficialmente pelo governo francês e por isso estava “moralmente” obrigado a participar:

³¹ **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 10.

³² **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 12.

³³ **Anais da Câmara dos Deputados**, 24 de março de 1882, p. 156.



Seria singular, entretanto, que nesse concerto de todos os povos que se preparam para tomar parte na observação de um fenômeno científico de tal importância, assistíssemos nós com a indiferença do selvagem aos trabalhos que em nosso território o estrangeiro tem de fazer, quando aliás, possuímos um estabelecimento que muito pode concorrer para o brilho do nosso nome (apoiados) e para os bons resultados da observação³⁴.

Ao longo do discurso, o Ministro do Império recebia apartes do deputado Domingos de Andrade Figueira (PC-RJ), também contrário ao projeto. Diante da negativa de Dantas de que o governo houvesse assumido qualquer compromisso financeiro sobre a comissão científica, o deputado simplesmente afirmou, “estimo muito sabê-lo porque fico mais desembaraçado para negar o meu voto de crédito”³⁵. Dantas respondeu que, embora o assunto fosse relevante para o governo, ainda assim aguardaria a resposta da Câmara, única à qual competia a decisão sobre a despesa pública.

O tema se prolongou nesta sessão parlamentar com o retorno de Ferreira Vianna, ao se retratar para diminuir a impressão negativa de seu discurso junto à opinião pública. O deputado Conservador se declarou “arrepentido de ter se envolvido nesta discussão dos astros”, pois estava sendo acusado de ser “inimigo da astronomia”. Entretanto, o seu argumento era que esta comissão ou as pesquisas realizadas pelo Observatório não expressavam os interesses do homem comum, alheio aos debates científicos, e que custearia o empreendimento mesmo sem compreender seus propósitos ou resultados:

...quero que o dinheiro que ajunta a nação brasileira com o suor de seu rosto, explorando a natureza ingrata deste solo duro, só possa ser disposto por sua vontade ou pela de seus delegados imediatos. (Apoiados. Muito bem)

A verdadeira liberdade assenta exatamente no poder que tem o parlamento de impedir despesas que não estão, nem na consciência do contribuinte, nem nos interesses da nação. Não admito despesas resolvidas atrás dos reposteiros³⁶.

A fala do deputado aponta para o papel do Legislativo de vigilância e delimitação da esfera de ação do Poder Executivo, bem de acordo com as monarquias liberais consolidadas ao longo dos oitocentos. Nessa concepção, governar era estritamente administrar a máquina pública para a preservação da ordem social e da propriedade. E ainda que o liberalismo e o conservadorismo se apresentem como ideologias em oposição, ambas convergem sobre o alcance das ações do Estado, pois os liberais têm como diretriz limitar sua ação, enquanto os conservadores já acreditam que a ação do Estado é restrita³⁷.

³⁴ **Anais da Câmara dos Deputados**, 24 de março de 1882, p. 156-157.

³⁵ **Anais da Câmara dos Deputados**, 24 de março de 1882, p. 158.

³⁶ **Anais da Câmara dos Deputados**, 24 de março de 1882, p. 17.

³⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. Liberais ou Conservadores? In: PEIXOTO, Antônio Carlos et alii. **O liberalismo no Brasil Império**. Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 28.



Naquele cenário de 1882, a resistência de Ferreira Vianna e de Andrade Figueira deve ser interpretada como reafirmação da visão de mundo conservadora da qual o Partido Conservador era apenas o repositório político. Cabe lembrar que o pensamento conservador tem como essência a defesa da preservação da ordem, a percepção sobre a propriedade em seus sentidos material e imaterial e a crítica à liberdade irrestrita como subversiva porque despreza a hierarquia social construída sobre a tradição. Na censura de Ferreira Vianna, o Estado havia se desviado de sua função ao promover ideias sem finalidade prática, como a comissão para o trânsito de Vênus, ou no contexto do recrudescimento do abolicionismo, não conter seus avanços que perturbavam a ordem pública e econômica:

Todas as manhãs faz-me a honra de visitar muito cedo, um amigo íntimo, particular. A primeira pergunta infalível que lhe faço é: — O imperador ainda vive? (riso) Sim. Pois... louvado seja Deus! Temos mais um dia de ordem e tranquilidade.

Segunda pergunta: — Ainda há quem se preste a ser seu ministro? (Hilaridade) Ele me diz: — sim. Pois, louvado seja Deus e aqueles que se prestam a ser seus ministros. (Hilaridade prolongada). [...]

E assim vos digo: é mais fácil reorganizar as finanças no desbarato em que vão, encher os abismos dos déficits crescentes; é mais fácil fazer despesas como esta da observação de Vênus e outras, impunemente, do que restabelecer a ordem moral do país (muito bem). Essa é a grande questão.

O país está trabalhado por ideias de anarquia, de rebelião; as ambições cresceram demais; os homens não querem o trabalho, o trabalho está condenado, estigmatizado (muito bem)³⁸.

O deputado encerrou o discurso reafirmando seu papel de fiscalizar as finanças do Império e cuja obrigação, naquele momento, era resistir ao pedido de crédito para a comissão científica.

O embate entre o Executivo e o Legislativo foi noticiado pela *Revista Illustrada* que ressaltou a exagerada atenção dispensada pelos deputados ao tema:

Segunda-feira, é ainda Vênus que traz o Sr. Ferreira Vianna à tribuna.

Vênus deve estar satisfeita dessa homenagem, embora às avessas; mas sempre mais agradável do que a indiferença.

[...] O Sr. Andrade Figueira, um deputado sério, perde, entretanto duas horas a falar sobre o assunto [...].

Terça-feira, ainda Vênus...

Muito amor à Vênus devem ter os nossos deputados.

Amor à Vênus ou à retórica. Porque olhem que se tem feito muitos discursos para não dizer coisa nenhuma. Enfim, o crédito foi aprovado, apesar do único discurso notável que se fez relativamente a esta questão: o discursos do Sr. Ferreira Vianna.

³⁸ **Anais da Câmara dos Deputados**, 24 de março de 1882, p. 18.



Arre! Que os nossos deputados são fastidiosos!³⁹

“Não passamos de um país de plantadores de café...”

O discurso de Andrade Figueira apontava a existência de alternativas para o financiamento da comissão, tais como “sobras da receita do exercício”, crédito ordinário na lei de orçamento ou a consignação de fundos destinados a serviços diversos. Ele também sugeriu a criação de um imposto exclusivo ou o uso de verba ordinária, porém, discordava da expedição como empreendimento justificável para novo crédito. Na opinião do deputado, o governo procurava ostentar inclinações que o país não possuía para se nivelar às nações europeias, relegando a real vocação brasileira no mapa mundo cultural e econômico:

Eis aí como raciocinou o nosso governo fidalgo.

Nem outra cousa podia esperar-se dele tratando-se de uma expedição de navio de guerra às Antilhas à terra d'América, onde primeiro aportou Colombo, à qual se vai dar notícia da existência do Império americano, não como um país de plantadores de café, de cana, de borracha (apartes), de fumo e algodão, mas como um povo de observadores astronômicos...⁴⁰

As expressões-chave “governo fidalgo” e “país de plantadores” evidenciam dois projetos antagônicos de Brasil: o progressista, que buscava aproximar o país dos padrões de desenvolvimento tecnológico e industrial e introduzir os novos debates científicos e sociais. E o conservador, para o qual as demandas nacionais eram norteadas pelo papel agroexportador do país e que se confundia, na visão de Andrade Figueira, com o papel desempenhado pelos “plantadores”. Estes requisitavam um governo de engajamento nos problemas concretos da economia, da escravidão e do controle social, sobretudo, em favor da lavoura, considerada o motor da nação. Na crítica do deputado, o governo se ocupava com especulações e com abstrações para forjar sua presença na modernidade, porém descolado das necessidades do país real:

Pretende-se, porém, que seria uma vergonha para esse país não figurar neste concerto europeu, universal. Estes concertos universais suscitam em geral da parte do orador extrema desconfiança. Quando ouve dizer — sistema universal, exposição universal, panaceia universal, enfim todos estes títulos com pretensão de universais, fica imediatamente suspeito de que esta pompa no estilo oculta contrabando.

É o que acontece com este fenômeno, com este concerto universal para observar Vênus⁴¹.

³⁹ *Revista Ilustrada*, n° 293 – abril de 1882, p. 6.

⁴⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, 27 de março de 1882, p. 167.

⁴¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 27 de março de 1882, p. 173.



O parlamentar reafirmou que “não passamos de um país de plantadores de café” e, portanto, o Brasil não poderia ser nivelado às demais civilizações que consolidaram a investigação científica como tradição ao longo de suas trajetórias. Andrade Figueira apontava como entraves para o desenvolvimento das ciências no país, o pouco tempo de existência do Estado para o amadurecimento de tal aptidão e a carência de instrução da população:

Eis o embaraço da instrução entre nós. É como a queixa de que os jornais literários e científicos não têm entre nos leitores; é como a queixa de que os homens de letras no nosso país, se não são empregados públicos, morrem de fome, o que o orador acredita bem. Mas qual é a razão? A razão é porque não há gosto pela ciência entre a população, e não há gosto porque ela não possui os primeiros rudimentos. Não é porque o espírito brasileiro não tenha toda a capacidade para as ciências e para a literatura, mas faltam-lhe os rudimentos.

Pois, como é possível que uma população que não conhece os princípios rudimentares das matemáticas possa apreciar a astronomia? Como é possível que uma população que não conheça o A B C possa apreciar as letras, ler os discursos dos grandes oradores sagrados e profanos?

É manifesto que é preciso formar o fundo, o capital, por assim dizer, da instrução deste país [...]”⁴².

Os debates prosseguiram no dia seguinte, quando outros deputados também se manifestaram. Os conservadores se mantiveram coesos contra a proposta de crédito, enquanto os liberais os acusavam de apenas usar a questão para atacar o governo. No quarto dia, a redação do projeto foi alterada e aprovada⁴³ e, finalmente, seguiu para o Senado.

O pedido de crédito foi visto com reticências por parte dos senadores. Considerações irônicas foram extraídas da questão pelo senador Silveira da Motta, representante pelo Partido Liberal, “nós ainda não estamos ocupados com as questões de Vênus e, entretanto, o ministério, segundo consta, está em risco de morrer de mal venéreo (riso) da Câmara dos Deputados”⁴⁴. O mesmo senador governista ainda censurou o projeto com os mesmos argumentos dos deputados da oposição, “isso não passa de uma brincadeira de mau gosto porque não temos ninguém para mandar fazer essa observação. É só para figurar no barulho e pelo prazer de representar um mau papel gastando de mais a mais, para isso o que não temos”⁴⁵. Para o senador, o governo deveria tratar apenas de questões práticas e que julgava reconhecidas pela população:

Querem consolar este pobre povo brasileiro, contenta-lo, dizendo-lhe: ‘Sr. povo, você agora ficará sabendo a distância que vai da Terra ao Sol!’ Oh! Que grande necessidade satisfeita! Esses *caipiras* todos ficarão sabendo a que distância do Sol está o nosso planeta! Não é uma verdade especulativa,

⁴² **Anais da Câmara dos Deputados**, 27 de março de 1882, p. 175.

⁴³ **Anais da Câmara dos Deputados**, 29 de março de 1882.

⁴⁴ Senador Silveira da Motta. **Anais do Senado**, sessão em 01 de abril de 1882, p. 6.

⁴⁵ Senador Silveira da Motta. **Anais do Senado**, sessão em 15 de abril de 1882, p. 118.



senhores, embora de aplicação científica, que deva preocupar um governo para desvia-lo do caminho de economias [grifo da própria fonte]⁴⁶.

Apesar da polêmica nas duas casas parlamentares, o crédito foi concedido ao Ministério do Império, porém negado ao Ministério da Marinha⁴⁷. Diante dessa negativa, a verba de 30.000\$000 foi complementada com “donativos particulares” para financiar a comissão científica⁴⁸:

Está decidido, o nosso observatório verá Vênus passar: por lei de n. 3.102, foi concedido do crédito extraordinário de 30 contos necessário para uma comissão ir ver a deusa... É uma paixão como outra qualquer; mas, cuidado! Como observa o Dr. Ferreira Vianna, quem gasta muito com Vênus, acaba por gastar mais caro com mercúrio!⁴⁹

Luís Cruls, diretor do Imperial Observatório, trabalhou intensamente para concretizar a comissão, construiu um simulador no terreno do Imperial Observatório onde ele treinou as equipes de observadores que sairiam do Rio de Janeiro: Julião de Oliveira Lacaille (Pernambuco), Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé (Antilhas) e a dele próprio que seguiria para o Chile, e orientou sobre os métodos e os instrumentos para realizar a pesquisa⁵⁰.

Àquela altura a “passagem de Vênus” entrara no vocabulário cotidiano impulsionado pelos debates parlamentares e pela imprensa. A popularidade do assunto é evidenciada no uso do evento em propagandas de cigarros⁵¹; capas da *Revista Ilustrada*⁵² e chistes sobre a expectativa com a missão astronômica: “como o céu ele é imenso, como o céu ele é azul; mas tem ele sequer uma pequena Vênus para ser observada? Pedro d’Alcântara”⁵³. Os preparativos para a participação do Brasil no evento científico foram cobertos por dois dos periódicos de maior circulação na Corte na década de 1880, a *Revista Ilustrada* e a *Gazeta de Notícias*. Havia o desejo de reconhecimento internacional para a Comissão Astronômica Brasileira:

⁴⁶ Senador Silveira da Motta. **Anais do Senado**, sessão em 29 de maio de 1882, p. 91.

⁴⁷ As propostas de pedido de crédito pelo Ministério do Império e pelo Ministério da Marinha foram fundidas em um único projeto pela Câmara dos Deputados, e enviado ao Senado. Este rejeitou a fusão e negou a verba em separado à Marinha, sob o argumento de que não havia pessoal habilitado no referido ministério para essa comissão. **Anais do Senado**, sessão em 05 de maio de 1882, p. 356-357.

⁴⁸ **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos negócios do Império Pedro Leão Velloso**, p. 70. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/> Acesso em 27/07/2017.

⁴⁹ **Revista Ilustrada**, nº 313 – Agosto de 1882, p. 7.

⁵⁰ HENRIQUES, Vania Patalano. **O gosto do estudo e da observação: a Revista do Observatório e a astronomia brasileira no final do século XIX**. Tese de doutorado. UFF, 2010, p. 164.

⁵¹ *Gazeta de Notícias*, 05 de março de 1883, p. 4.

⁵² **Revista Ilustrada**, nº 317 – Setembro de 1882 e nº 324 – Dezembro de 1882.

⁵³ **Revista Ilustrada**, nº 328 – Dezembro de 1882, p. 7.



E nós que esgrimimos tanto para que o Brasil fizesse figura! Os jornais norte-americanos, o New York Times e outros da conta dos países que se preparam para observar a passagem de Vênus pelo sol, citam a França, a Inglaterra, a Espanha, Rússia, Áustria, Suíça, Itália, San Martino... e nem uma palavra do pobre vizinho Estado⁵⁴.

A expedição da Marinha seguiu para as Antilhas em 22 de setembro de 1882, chefiada pelo Barão de Teffé (Capitão de Mar e Guerra), composta por Francisco Calheiros da Graça (Capitão Tenente e astrônomo), Arthur Índio do Brasil (Primeiro Tenente) e pelos auxiliares Barros Lobo (Guardião da Armada) e João Gonçalves (Marinheiro)⁵⁵. No dia 26 de outubro, Luis Cruls e Moreira de Assis (mecânico do Observatório) partiram para Punta Arenas (Chile) após receberem a visita de Pedro II na embarcação, que lá permaneceu durante todo o dia até o momento do navio zarpar do porto⁵⁶.

Em 06 de dezembro, dia da passagem de Vênus, a Comissão chefiada pelo Barão de Teffé estava a postos na Ilha de São Tomás, aparelhada para a investigação científica. Entretanto, a divergência em menos de um segundo sobre os cálculos para o fenômeno e as mudanças das condições climáticas — chuva e ventos fortes — na parte da manhã impediram o sucesso da observação do trânsito de Vênus pelo disco solar⁵⁷. Após quatro tentativas de observação do fenômeno, a fala do Barão de Teffé nos dá a dimensão da frustração que se abateu sobre sua expedição, e o próprio ponderava sobre o significado de reportar ao Brasil os resultados da pesquisa:

A lembrança do prazer e deleite mesmo que o malogro da minha missão proporcionaria aos despeitados, me punha de um péssimo humor. Com efeito, trabalhara mais de um mês e meio sem descanso, a princípio exposto ao sol ardente [...] depois de todas estas fadigas, vieram as nuvens e a chuva, como mero capricho da natureza, inutilizando tantos esforços era, na verdade, uma decepção horrível⁵⁸.

A partir da tarde a visibilidade foi, progressivamente, melhorando e permitiu a observação pela equipe de Teffé nas Antilhas. A equipe de Luís Cruls foi a mais feliz, pois conseguiu observar o fenômeno dentro das expectativas. Pedro II esteve no Imperial Observatório do Rio de Janeiro para acompanhar a observação do trânsito de Vênus ao lado da equipe de astrônomos,

⁵⁴ **Revista Ilustrada**, nº 317 – Setembro de 1882, p. 3.

⁵⁵ **Gazeta de Notícias**, 22 de setembro de 1882, p. 1.

⁵⁶ Notas de Viagem pelo Capitão de Fragata Luiz de Saldanha. **Revista Marítima Brasileira**. Ano Terceiro – Vol. 5. Rio de Janeiro: Lombaerts & C. – Editores, 1883, p. 14.

⁵⁷ Ofício do Barão de Teffé publicado pelo periódico em **Gazeta de Notícias**, 05 de janeiro de 1883.

⁵⁸ Citado por MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “**Nos braços de Vênus às poltronas da Academia**”. Artigos Navegador, no.1/2005. http://revistanavegador.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf Acesso em 24/03/2017.



porém as nuvens impediram a visualização do planeta⁵⁹. Em Olinda, onde o Presidente de Província também compareceu no observatório para o evento, o céu também esteve encoberto⁶⁰.

Entre janeiro e fevereiro de 1883, as duas equipes retornaram ao Brasil e seus integrantes foram laureados pelo Imperador Pedro II. Os membros das expedições receberam a Ordem Rosa: o Barão de Teffé foi condecorado com honras de grandeza, Luís Cruls foi nomeado Comendador, enquanto os demais foram titulados nos graus de Cavaleiro e Oficial dessa ordem, e outros receberam a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo⁶¹. Cabe mencionar a visibilidade dos trabalhos individuais proporcionada pela participação na expedição. Gustavo Rumbelsperger, naturalista e ajudante da Comissão de Cruls, teve sua coleção de mineralogia, botânica e zoologia enviada para o Museu Nacional pelo Ministro do Império, pouco tempo depois de seu retorno, e visitada pelo Imperador⁶². Calheiros e Índio do Brasil foram convidados pelo Barão de Teffé para tomar parte de nova comissão, desta vez sobre a longitude das costas do Brasil, resultando na invenção de um instrumento de medição dos níveis das marés por Índio do Brasil⁶³.

A atuação da Comissão Brasileira na observação do trânsito de Vênus daria ao país reconhecimento na comunidade científica internacional. Em abril do mesmo ano, Luís Cruls recebeu o Prêmio Valz da Academia de Ciências de Paris por suas pesquisas com cometas. A premiação ressaltou o apoio de Pedro II ao trabalho de Cruls e significou a superação da crise de credibilidade que o Observatório atravessava. Para Hervé Faye, o astrônomo que concedeu o prêmio, este era “um encorajamento e como uma manifestação do alto conceito que vós fazeis dos serviços que deverão ser prestados à ciência pelo Observatório do Rio”⁶⁴. Deve ser mencionado que Luís Cruls era originalmente formado em engenharia e sua trajetória como astrônomo, segundo Videira, provavelmente, foi construída no Imperial Observatório do Rio de Janeiro⁶⁵. O reconhecimento se estendeu ao Barão de Tefé, cujo relatório sobre o trânsito de Vênus foi recebido como contribuição valiosa para a Astronomia e lhe valeu a indicação à Academia de Ciências de Paris⁶⁶.

⁵⁹ **Revista Ilustrada**, nº 324 – Dezembro de 1882. Não paginado.

⁶⁰ **Diário de Pernambuco**, 08 de dezembro de 1882, p. 2.

⁶¹ **Gazeta de Notícias**, 14 de março de 1882, p. 1.

⁶² **Gazeta de Notícias**, 19 de março de 1883, p. 1.

⁶³ ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Editora FGV, 2015. Acessado em 26/03/2017.

⁶⁴ Citado por VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Luís Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. **Cronos** (Natal), Valencia, v. 7, n. q, p. 85-104, 2004.

⁶⁵ Citado por VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Luís Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. **Cronos** (Natal), Valencia, v. 7, n. q, p. 85-104, 2004.

⁶⁶ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “**Nos braços de Vênus às poltronas da Academia**”. Artigos Navegador, no.1/2005. http://revistanavegador.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf Acesso em 24/03/2017.



Em outubro de 1883, o periódico *Brazil*, do Partido Conservador, publicou um artigo em que destacava os esforços isolados de agricultores para manter os engenhos de açúcar do Rio do Janeiro. O artigo censurava a falta de apoio do governo aos projetos para melhorar a produção em decadência, e alegava que se não havia recurso financeiro para ajudar a lavoura, como poderia ter para financiar “expedição científica do Ceará, observação da passagem de Vênus e congresso da instrução”⁶⁷? O crédito concedido à comissão de Astronomia continuaria a ser lembrado como gasto desnecessário porque não empregado na atividade considerada vital para o país, a lavoura.

Considerações finais

Como foi observado em uma publicação no *Jornal do Commercio*, a respeito da resistência de deputados e de senadores em conceder o crédito ao Imperial Observatório, “o Brasil não pode conservar-se alheio a este movimento, sob pena de não corresponder ao seu papel. Uma grande nação não vive exclusivamente para produzir e consumir, mas tem o alto dever de contribuir para o progresso geral da ciência”⁶⁸. Tal debate parlamentar expõe a percepção de parte da classe política sobre a pesquisa científica como atividade estranha às demandas da estrutura econômica e social do país, fundamentada sobre a agroexportação e sobre a escravidão. As falas dos deputados do Partido Conservador descrevem um Brasil limitado por essa mesma estrutura, em que a alfabetização aparece como privilégio de poucos e a máquina governamental funciona para os privilegiados pela educação e pela propriedade, especialmente a propriedade fundiária, que se representava como a essência da nação.

Nesse quadro, a pesquisa científica aparecia ora como passatempo exótico, e por isso não devia constar entre as preocupações do país, ora como simples recurso para aperfeiçoamento de atividades econômicas. O trabalho realizado pela comunidade científica, representada aqui por Luís Cruls, pelo Barão de Teffé e suas equipes de astrônomos, era invisível para a população, que não conseguia percebê-lo no cotidiano, e para o Estado, que não valorizava o conhecimento científico como expressão intelectual do país oficial e tampouco do país real. Nas vozes dos parlamentares, compreendia-se por país oficial, a cafeicultura, as tensões sobre a iminente abolição da escravidão e a expansão das estradas de ferro para incrementar a economia. O país real era a carência de instrução da maioria da população, a visão de mundo criada em torno da lavoura e seus valores simbólicos que alcançavam mesmo as cidades. A comunidade científica era o país imaginado, comprimindo-se entre o país oficial e o país real, idealizava e concretizava um Brasil que ela percebia além dos interesses tão somente políticos e econômicos.

⁶⁷ *Brazil*, 11 de outubro de 1883, p. 2-3.

⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 22 de março de 1882, p. 1.